



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário – MG – CEP: 38750-000
procuradoria@po.mg.gov.br / assessoriajuridica@po.mg.gov.br

PARECER JURÍDICO

Processo de Licitação nº: 045/2018
Modalidade: Pregão Presencial 29/2018
Objeto: Aquisição de impressos Gráficos para diversos setores desta
Municipalidade

DO RELATÓRIO

A empresa SILVANO MATEUS BORGES 30511488149, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 22.546.888/0001-03, situada na Praça Domingos Pessoa, nº. 89, bairro Centro, João Pinheiro/MG CEP 38770-000, foi notificada da inadimplência contratual cujas consequências poderiam acarretar a rescisão contratual além das penalidades aplicáveis, sendo-lhe oportunizado prazo para adequar a execução do contrato de forma a extirpar os pontos descritos na notificação apresentando a minuta do contrato de prestação de serviços nº 151/2018 devidamente assinada, devendo no mesmo prazo entregar a mercadoria solicitada ou justificar o motivo de não fazê-lo.

No entanto, em consulta ao portal dos Correios na internet verificou-se que a notificação foi entregue em 06/07/2018, quedando-se inerte a empresa notificada.

Pela Divisão de Compras e Licitação foi solicitado dessa Procuradoria o parecer quanto a legalidade da rescisão do Contrato de Prestação de Serviços nº 151/2018, bem como a aplicação das penalidades previstas no referido instrumento.

DA FUNDAMENTAÇÃO

O art. 79 da Lei 8.666/93, assim dispõe:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Por oportuno, transcreve-se o quanto disciplina o art. 78, I e II, da Lei 8.666/93.

Vejamos:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário - MG - CEP: 38750-000
procuradoria@po.mg.gov.br / assessoriajuridica@po.mg.gov.br

No caso em tela, a Contratada vem injustificadamente descumprindo com o contrato pactuado, omitindo-se quanto a devolução da via assinada do contrato, bem como quanto à entrega do material solicitado sem qualquer justificativa, fato este que legitima o Município de Presidente Olegário/MG a proceder à rescisão contratual unilateral, tal como estabelece a legislação em vigência, e, ainda, o quanto disposto nas cláusulas do contrato administrativo. Vejamos:

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

1. A recusa do adjudicatário em fornecer os produtos no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, bem como o atraso, caracterizará descumprimento da obrigação assumida e permitirá a aplicação das seguintes sanções pelo MUNICÍPIO:

1.1. advertência, que será aplicada sempre por escrito;

1.2. multas;

1.4. suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Presidente Olegário;

1.5. indenização ao MUNICÍPIO da diferença de custo para aquisição dos produtos de outro licitante;

1.6. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo não superior a cinco anos.

2. Será aplicada multa a razão de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia de atraso na inexecução do contrato;

3. Será aplicada multa a razão de 3,0% (três por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução parcial das obrigações contratuais;

4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da aquisição;

5. As sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao LICITANTE, no prazo de cinco dias úteis a contar da intimação do ato;

6. Extensão das penalidades:

6.1. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:

a) retardarem a execução do pregão;

b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração

c) fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

Sendo assim, tendo em vista que mesmo após a notificação extrajudicial a contratada continua descumprindo as suas obrigações contratuais e considerando o teor dos arts. 78, I e II, e 79, I, da Lei 8.666/93, é absolutamente legítima a rescisão unilateral do contrato Administrativo n.º 151/2018, firmado com SILVANO MATEUS BORGES 30511488149, haja vista que o comportamento omissivo da contratada, causa sérios transtornos na prestação do serviço público.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário - MG - CEP: 38750-000
procuradoria@po.mg.gov.br / assessoriajuridica@po.mg.gov.br

DAS SANÇÕES A SEREM APLICADAS

Considerando a gravidade do descumprimento contratual ocorrido por parte da Empresa, é aplicável ao caso a penalidade de multa, indenização e suspensão temporária do direito de licitar com o Município de Presidente Olegário, pelo prazo de 02(dois) anos, além da rescisão do Contrato nº. 151/2018, nos termos previstos na Cláusula Oitava, item 1, acima transcrito.

Além das consequências acima narradas a Lei nº. 8.666/93 em seus artigos 81 e 87 possibilita a Administração a aplicação das seguintes penalidades:

Art. 81. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

(...)

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Insta destacar que os transtornos/prejuízos causados a Municipalidade são consideráveis, tendo em vista que o objeto do contrato é a aquisição de impressos gráficos para diversos setores da administração pública municipal, especialmente para a Secretaria Municipal de Saúde/Hospital Municipal.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário – MG – CEP: 38750-000
procuradoria@po.mg.gov.br / assessoriajuridica@po.mg.gov.br

Diante da recusa em entregar tais materiais que são rotineiramente utilizados na prestação do serviço público, torna-se necessária à rescisão unilateral do contrato com aplicação de penalidade de multa, indenização e da penalidade descrita no inciso III do Artigo 87 da Lei nº. 8.666/93.

Como parâmetro para aplicação das penalidades, entende a Procuradoria-Geral do Município que deverá ser aplicado ao caso o previsto nos itens 1.5, 2 e seguintes da Cláusula Sétima do Contrato 76/2018, ou seja:

1.5. indenização ao MUNICÍPIO da diferença de custo para aquisição dos produtos de outro licitante;

2. Será aplicada multa a razão de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor total do fornecimento, por dia de atraso na inexecução do contrato;

3. Será aplicada multa a razão de 3,0% (três por cento) sobre o valor total do fornecimento, por inexecução parcial das obrigações contratuais;

4. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da aquisição;

No caso da indenização o Setor de Compras e Licitações fez o levantamento e verificou que em decorrência do comportamento da Contratada o Município acabou por adquirir o produto R\$120,70 (cento e vinte reais e setenta centavos) mais caro, devendo esse valor ser ressarcido aos cofres municipais, sem prejuízo da aplicação da multa prevista no item 2 acima transcrito, devendo ser considerado como dia de início o dia da emissão da Nota de Fornecimento e dia final o dia que o produto efetivamente foi entregue ainda que por outro fornecedor, devendo ser observado que o valor máximo da multa será de 10% (dez por cento) do valor dos produtos não entregues.

DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendemos que é aplicável ao caso a penalidade de indenização da diferença de custo para aquisição dos produtos de outro licitante, multa e suspensão temporária de participação em licitação, além da rescisão do Contrato nº. 151/2018 firmado com **SILVÂNIO MATEUS BORGES 30511488149** por estarem tais medidas de acordo com as cláusulas contratuais e com a disposto nos arts. 77, 78, II e 79, I, c/c art. 87 da Lei 8.666/03.



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO


PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário – MG – CEP: 38750-000
procuradoria@po.mg.gov.br / assessoriajuridica@po.mg.gov.br

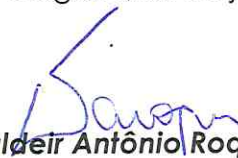
Ressalto, por oportuno, a necessidade de concessão de prazo para que a contratada possa apresentar a sua defesa quanto a suspensão temporária de participação em licitação, nos termos do §3º do art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Presidente Olegário, 30 de julho de 2018.


Amely Maria de Almeida Pinheiro
Procuradora Municipal
OAB/MG 128.148


Gracielle de Souza Pinheiro
Estagiária-Procuradoria - Mat.6205


Valdeir Antônio Roque
Assessor Jurídico
OAB/MG 143.243


Steffany Barbara Silva
Estagiária-Procuradoria - Mat.6207

